

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

**GUIA DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS
PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS
CONTINGENTES
INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 08/2017**

**Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE
Divisão de Informação e Normatização Contábil – DNC
08/03/2018**

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	3
1.1 - Provisões.....	3
1.2 – Passivos Contingentes.....	3
1.3 – Ativos Contingentes	4
1.4 – Provisões x Passivos Contingentes	5
2 – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS.....	5
2.1 – Provisões	5
2.1.1 – Provisões para Riscos Trabalhistas	5
2.1.2 - Provisões para Riscos Fiscais.....	6
2.1.3 - Provisões para Riscos Cíveis	7
2.1.4 – Outras Provisões	7
2.2 – Passivos Contingentes.....	8
2.3 – Ativos Contingentes	9

1 – INTRODUÇÃO

Este Guia de Lançamentos Contábeis tem por objetivo demonstrar os registros contábeis relacionados à Instrução Normativa CAGE nº 08/2017, que dispõe sobre a contabilização de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a partir do exercício de 2018.

1.1 - Provisões

A obrigação ou o conjunto de obrigações decorrentes de um mesmo evento passado que provavelmente demandar recursos da entidade para que seja extinto e cujo valor puder ser estimado de modo confiável deverá ser reconhecida(o) e evidenciada(o) no passivo como uma provisão.

As provisões devem ser reconhecidas no Passivo Circulante ou no Passivo Não Circulante, de acordo com a expectativa de saída de recursos. A provisão tem a característica da incerteza quanto ao valor, quanto ao prazo ou quanto a ambos. Na hipótese da incerteza quanto ao prazo, recomenda-se o reconhecimento no Passivo Não Circulante.

Além do registro contábil da provisão, deve haver a evidenciação em Notas Explicativas, contendo no mínimo as seguintes informações:

- 1) breve descrição da sua natureza e do prazo esperado para qualquer saída de recursos;
- 2) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas;
- 3) valor contábil no início e no final do período;
- 4) valores acrescidos, utilizados, e revertidos durante o período; e
- 5) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.

1.2 – Passivos Contingentes

A obrigação ou o conjunto de obrigações decorrentes de um mesmo evento passado que possivelmente demandar recursos da entidade para a sua extinção, cujo valor puder ou não ser estimado de modo confiável, deverá ser registrada(o) e evidenciada(o) como passivo contingente.

Diferentemente das Provisões, os Passivos Contingentes não devem ser reconhecidos no Passivo da Entidade. Deve haver registro contábil em contas de controle e evidenciação em Notas Explicativas.

Quando a obrigação for remota, não deve haver o registro e nem a evidenciação do Passivo Contingente.

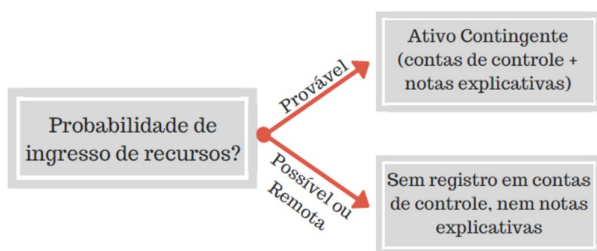
Além do registro em contas de controle, deve haver a evidenciação em Notas Explicativas, contendo no mínimo as seguintes informações:

- 1) breve descrição da sua natureza;
- 2) estimativa de seus efeitos financeiros e de prazo, quando aplicável;
- 3) indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída, quando aplicável; e
- 4) possibilidade de algum reembolso.

1.3 – Ativos Contingentes

O direito ou o conjunto de direitos decorrentes de um mesmo evento passado cuja extinção implicar em provável ingresso de recursos para a entidade e cujo valor puder ser estimado de modo confiável deverá ser registrado e evidenciado como ativo contingente.

O Ativo Contingente só deve ser registrado em contas de controle e evidenciado no caso de provável ingresso de recursos. Se a entrada de recursos for possível ou remota, não deve haver o reconhecimento.

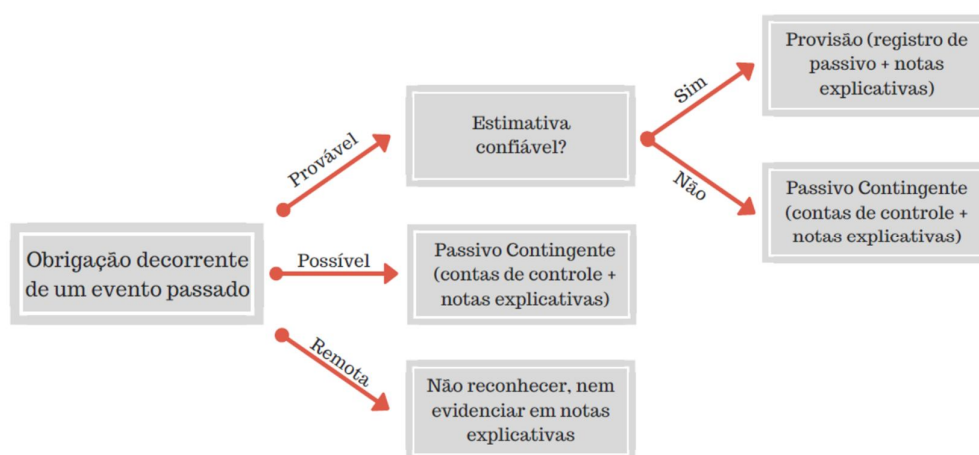


A evidenciação em Notas Explicativas deve ocorrer contendo no mínimo as seguintes informações:

- 1) breve descrição da sua natureza; e
- 2) estimativa de seus efeitos financeiros, quando aplicável.

1.4 – Provisões x Passivos Contingentes

Com a finalidade de distinguir Provisões e Passivos Contingentes, apresenta-se o seguinte fluxograma:



2 – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

A seguir serão apresentados os lançamentos contábeis que deverão ser efetuados manualmente (SLIP) ao menos no encerramento de cada exercício. As Provisões devem ser divididas conforme o seu tipo (Riscos Trabalhistas, Riscos Fiscais e Outras Provisões) e em Curto Prazo e Longo Prazo conforme o prazo estimado de exigibilidade.

2.1 – Provisões

2.1.1 – Provisões para Riscos Trabalhistas

Na inscrição ou em caso de aumento nos valores de Provisão de Indenização Trabalhista, deve ser realizado um dos seguintes lançamentos, conforme o prazo

Curto Prazo

D - 3.9.7.1.1.01.01.0521 Inscrição de provisão de indenização trabalhista

C – 2.1.7.1.1.01.01.0521 Provisão de indenização trabalhista - CP

Longo Prazo

D - 3.9.7.1.1.01.01.0521 Inscrição de provisão de indenização trabalhista

C – 2.2.7.1.1.01.01.0521 Provisão de indenização trabalhista - LP

Se houver baixa ou diminuição no valor das provisões, deve ser realizado um dos seguintes lançamentos, conforme o prazo:

Curto Prazo

D - 2.1.7.1.1.01.01.0521 Provisão de indenização trabalhista - CP

C–4.9.7.1.1.01.01.0521 Reversão de provisões para indenização trabalhista

Longo Prazo

D - 2.2.7.1.1.01.01.0521 Provisão de indenização trabalhista – LP

C - 4.9.7.1.1.01.01.0521 Reversão de provisões para indenização trabalhista

2.1.2 - Provisões para Riscos Fiscais

Na inscrição ou em caso de aumento nos valores de Provisão para Riscos Fiscais, deve ser realizado um dos seguintes lançamentos, conforme o prazo:

Curto Prazo

D - 3.9.7.3.1.01.01.0521 Inscrição de provisão para riscos fiscais

C – 2.1.7.3.1.02.02.0521 Provisão para riscos fiscais - CP

Longo Prazo

D - 3.9.7.3.1.01.01.0521 Inscrição de provisão para riscos fiscais

C – 2.2.7.3.1.02.02.0521 Provisão para riscos fiscais - LP

Se houver baixa ou diminuição no valor das provisões, deve ser realizado um dos seguintes lançamentos, conforme o prazo:

Curto Prazo

D - 2.1.7.3.1.02.02.0521 Provisão para riscos fiscais - CP

C – 4.9.7.1.1.03.01.0521 Reversão de provisões para riscos fiscais

Longo Prazo

D - 2.2.7.3.1.02.02.0521 Provisão para riscos fiscais – LP

C - 4.9.7.1.1.03.01.0521 Reversão de provisões para riscos fiscais

2.1.3 - Provisões para Riscos Cíveis

Na inscrição ou em caso de aumentos nos valores de Provisão para Riscos Cíveis, deve ser realizado um dos seguintes lançamentos, conforme o prazo:

Curto Prazo

D - 3.9.7.4.1.01.01.0521 Inscrição de provisão para riscos cíveis

C – 2.1.7.4.1.01.01.0521 Provisão para riscos cíveis - CP

Longo Prazo

D - 3.9.7.4.1.01.01.0521 Inscrição de provisão para riscos cíveis

C – 2.2.7.4.1.01.01.0521 Provisão para riscos cíveis - LP

Se houver baixa ou diminuição no valor das provisões, deve ser realizado um dos seguintes lançamentos, conforme o prazo:

Curto Prazo

D - 2.1.7.4.1.01.01.0521 Provisão para riscos cíveis - CP

C–4.9.7.1.1.04.01.0521 Reversão de provisões para riscos cíveis

Longo Prazo

D - 2.2.7.4.1.01.01.0521 Provisão para riscos cíveis – LP

C - 4.9.7.1.1.04.01.0521 Reversão de provisões para riscos cíveis

2.1.4 – Outras Provisões

Na inscrição ou em caso de aumentos nos valores de Outras Provisões, deve ser realizado um dos seguintes lançamentos, conforme o prazo:

Curto Prazo

D - 3.9.7.9.1.04.01.0521 Inscrição de outras provisões

C – 2.1.7.9.1.99.01.0521 Outras provisões - CP

Longo Prazo

D - 3.9.7.9.1.04.01.0521 Inscrição De Outras Provisões

C – 2.2.7.9.1.99.01.0521 Outras provisões - LP

Se houver baixa ou diminuição no valor das provisões, deve ser realizado um dos seguintes lançamentos, conforme o prazo:

Curto Prazo

D - 2.1.7.9.1.99.01.0521 Outras provisões - CP

C–4.9.7.1.1.99.01.0521 Reversão de outras provisões

Longo Prazo

D - 2.2.7.9.1.99.01.0521 Outras provisões - LP

C - 4.9.7.1.1.99.01.0521 Reversão de outras provisões

2.2 – Passivos Contingentes

Na inscrição ou em caso de aumento nos valores de Passivos Contingentes, deve ser realizado um dos seguintes lançamentos, conforme o tipo:

Se os Passivos Contingentes forem relacionados a Demandas Judiciais:

D – 7.4.1.1.1.01.01.0508 - Controle de passivos contingentes - Demandas judiciais

C – 8.4.1.1.1.01.01.0508 - Execução de passivos contingentes - Demandas judiciais

Para outros Passivos Contingentes deve ser realizado o seguinte lançamento:

D – 7.4.1.1.9.01.01.0508 - Controle de outros passivos contingentes

C – 8.4.1.1.9.01.01.0508 – Execução de outros passivos contingentes

Quando houver diminuição do saldo dos Passivos Contingentes, devem ser realizados os seguintes lançamentos:

Se os Passivos Contingentes forem relacionados a Demandas Judiciais:

D – 8.4.1.1.1.01.01.0508 - Execução de passivos contingentes - Demandas judiciais

C – 7.4.1.1.1.01.01.0508 - Controle de passivos contingentes - Demandas judiciais

Para outros Passivos Contingentes deve ser realizado o seguinte lançamento:

D – 8.4.1.1.9.01.01.0508 - Execução de outros passivos contingentes

C – 7.4.1.1.9.01.01.0508 - Controle de outros passivos contingentes

2.3 – Ativos Contingentes

Na inscrição de valores de Ativos Contingentes, devem ser utilizadas contas de controle de Atos Potenciais Ativos, conforme o tipo:

Se os Ativos Contingentes forem relacionados a Demandas Judiciais:

D – 7.1.1.9.1.01.01.0520 – Ativos contingentes – Demandas judiciais

C – 8.1.1.9.1.01.01.0520 – Ativos contingentes – Demandas judiciais

Se os Ativos Contingentes forem relacionados a Prestações de Serviço – Valores em Discussão:

D – 7.1.1.9.1.01.01.0106 – Prestações de serviços – Valores em discussão

C – 8.1.1.9.1.01.01.0106 – Prestações de serviços – Valores em discussão

Quando houver diminuição do saldo dos Ativos Contingentes, devem ser realizados os seguintes lançamentos:

Se os Ativos Contingentes forem relacionados a Demandas Judiciais:

D – 8.1.1.9.1.01.01.0520 – Ativos contingentes – Demandas judiciais

C – 7.1.1.9.1.01.01.0520 – Ativos contingentes – Demandas judiciais

Se os Ativos Contingentes forem relacionados a Prestações de Serviço – Valores em Discussão:

D - 8.1.1.9.1.01.01.0106 – Prestações de serviços – Valores em discussão

C - 7.1.1.9.1.01.01.0106 – Prestações de serviços – Valores em discussão